

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

De acordo com Nelson Fernando Inocêncio da Silva, professor do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade de Brasília (UnB), a herança da escravidão seria suficiente para embasar as ações afirmativas, mas o período pós-abolição não somente consolidou a desigualdade, como foi fundamental para que ela não se esvaísse.

“Os prejuízos decorrentes do tráfico atlântico e da escravização de milhões de africanos por cerca de três séculos e meio justificam a adoção de tais políticas”, afirma. Ele ressalta, ainda, que o Estado omitiu-se em relação à população negra alforriada, que ficou sem perspectivas e passou a constituir os bolsões de miséria nas periferias dos centros urbanos em uma trágica combinação entre raça e classe. O professor recorda que o projeto nacional anterior priorizava a imigração europeia como parte de um projeto de branqueamento, o que demonstra que políticas para atender a segmentos específicos não são novidade no país.

Para ele, é esse histórico que demonstra a necessidade de reparação. “São esses argumentos que justificam o que chamamos de reparação histórica e social”. O professor Inocêncio da Silva explica que as cotas raciais diferenciam-se de políticas universais e têm como objetivo primordial combater a dupla vulnerabilidade enfrentada pela população negra. Enquanto o acesso universal não é uma ação afirmativa e o critério socioeconômico lida com a má distribuição de renda, as cotas raciais enfrentam a especificidade do racismo.

“No caso específico da população negra, o racismo e a luta de classes são dois componentes que inviabilizam avanços sociais mais significativos”, esclarece. Inocêncio pontua que os estereótipos raciais e de classe geram a terrível associação das pessoas negras com a pobreza. Atualmente, segundo o professor, a legislação abarca diversos grupos vulneráveis, incluindo, além de pretos e pardos, indígenas, quilombolas e pessoas brancas de baixa renda que vieram do ensino público.

Dione Moura, professora e diretora da Faculdade de Comunicação da UnB, é uma das pioneiras da linha de frente da criação das cotas raciais no Distrito Federal. Para ela, a política de ações afirmativas é defendida como uma regulação necessária para garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação. A resistência a essa chance de ingresso às universidades é atribuída, em



**Professora e escritora Andressa Marques ocupa cargo de gestão no Ministério da Cultura**

sua visão, à memória cultural e escravagista que ainda perdura em solo brasileiro.

“Essa lembrança de rejeição do negro, mesmo que inconsciente, permanece e se manifesta em atitudes como mudar de calçada ou abordar uma mulher negra no supermercado presumindo que ela é funcionária da limpeza. Os resultados positivos, no acúmulo, vão gerando aprendizagem social”, reforça Dione.

Dessa forma, a educação se faz necessária em todas as camadas, até mesmo para aqueles que insistem em fechar os olhos para a importância das cotas raciais. Com pouco mais de duas décadas desde a criação das políticas de ações afirmativas, a docente acredita que a jornada para desmistificar o tema ainda deve demorar. “O filho dessa pessoa que pensa desse jeito, daqui a 30 anos, vai ter entendido. É um processo social também”, analisa a professora.

Conheça histórias de ex-cotistas que conquistaram posições de destaque no mercado de trabalho e no serviço público brasileiro.

## A trajetória de uma escritora

Os números não podem ser combatidos e contra fatos, bom, não há argumentos. Mas, e quando essas estatísticas podem ser ilustradas? O que dizer quando são histórias que podem servir de inspiração? Assim nascem tantas, repletas de coragem e emoção, de pessoas que conseguiram não somente mudar suas realidades, mas também a de seus familiares. Andressa Marques, 39 anos, é uma dessas belas representações.

Escritora, professora, doutora em literatura e coordenadora-geral do Plano Nacional do Livro e Leitura, na Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura, do Ministério da Cultura, ela fez toda a trajetória escolar em escolas públicas. Fez curso técnico integrado ao ensino médio para conseguir, no futuro, custear alguma faculdade privada. “Tinha dificuldade em imaginar-me estudando na UnB. Quando as cotas foram aprovadas, lembro de o meu professor de filosofia explicando do

que se tratava essa política afirmativa e isso motivou a fazer o vestibular da UnB”, recorda.

Contudo, os dilemas e obstáculos dessa busca não foram nada fáceis. Os custos da vida universitária sempre foram uma dificuldade com a qual Andressa precisou lidar. Por isso, sempre fez estágios desde o começo da graduação. Além disso, as bolsas de iniciação científica e grupos de pesquisa, como o Afroatitude, ajudaram-na a manter os gastos na universidade e a inseriram no mundo da pesquisa acadêmica.

## Diversidade racial

Jornadas que se completavam, olhares que se cruzavam. Na sala de aula, em 2005, quando iniciou a graduação, as experiências compartilhadas faziam desse caminho um lugar mais bonito. Nas lembranças de Andressa, a diversidade racial no espaço onde se produz conhecimento é uma forma de se mudar o próprio conhecimento. “Diferentes perspectivas e sensibilidades

provocam questionamentos distintos aos problemas e, consequentemente, levam-nos a encontrar novas respostas e caminhos epistêmicos”, conta.

Para ela, é visível a mudança que ocorreu nas universidades brasileiras nas duas últimas décadas, não apenas no perfil racial de seus estudantes, mas também na diversificação temática e nos novos olhares que os pesquisadores e pesquisadoras de origem negra e pobre tendem ou podem priorizar em seus estudos sob ângulos antes negligenciados ou abordados apenas por grupos majoritários.

“O período inaugural das cotas raciais na UnB foi singular. Éramos pouquíssimos estudantes negros e não tinha jeito de a nossa identidade racial não impactar nas relações que estabelecemos no período. Posso ter sentido impactos negativos inicialmente ao me comparar com os colegas que tinham recursos materiais e mais familiaridade com os debates, mas pude aprender a lidar com essas inseguranças ao passo que fui estudando e compreendendo melhor esses códigos”, completa.

Para se qualificar ainda mais profissionalmente, Andressa fez mestrado e doutorado realizando pesquisas sobre a literatura produzida por escritoras negras, hoje ela é escritora e trabalha com políticas culturais de livro e leitura no Ministério da Cultura. No entanto, antes do cargo atual, foi professora da educação básica por vários anos e, também, esteve presente no Ministério da Igualdade Racial como articuladora. “Em dezembro de 2024, lancei um romance chamado *A construção que ficcionaliza tanto a experiência pioneira dos primeiros cotistas da UnB quanto a da geração de seus avós, os trabalhadores negros que vieram construir a capital no final dos anos 1950*”, detalha.

A ideia da obra surgiu de uma pesquisa que desenvolveu para a exposição *Narrativas da presença negra no Distrito Federal*, coordenada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, em 2019. “Sou neta de um eletricitista que trabalhou na construção de Brasília e faleceu em seus anos iniciais, a tragédia fez com que meu pai não conhecesse sua família. Estimulada pela história que descobri durante essa pesquisa, que passa pelo reencontro com meus familiares, fui instigada a criar uma narrativa que pudesse preencher as lacunas de uma história que é minha, mas que também não foi”, acrescenta a professora.